

O Acesso à Informação Administrativa e a Proteção de Dados Pessoais

 Online



14 horas

Preço : 306,00 € + IVA
Intra empresa : Sob consulta

Referência: 1401

O acesso à informação constitui uma garantia do Estado de Direito Democrático. A Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, consolidou num só ato legislativo, todo o regime de acesso à informação administrativa (incluindo em matéria ambiental), com vista ao reforço da transparência e do acesso efetivo dos particulares à informação relevante.

Este curso visa habilitar os participantes com os conhecimentos essenciais no âmbito da proteção legal do direito de acesso à informação administrativa no ordenamento jurídico português, conjugando um conjunto de diplomas legais que versam sobre a tutela do direito à informação administrativa, e a sua conciliação com a proteção de dados pessoais.

Destinatários



Para Quem?

- Trabalhadores em funções públicas e/ou outros profissionais que exerçam atividade em serviços públicos, bem como profissionais que exercendo atividade no setor privado, pretendam conhecer os regimes de acesso a documentos detidos pela Administração Pública.



Pré-requisitos:

- Não aplicável.

Percurso de aprendizagem

Sessão Formação - Online (2 dias / 7h00m)

1 - Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (RGPD)

- Princípios e conceitos essenciais
- Fundamentos de legitimidade do tratamento de dados pessoais

2 - A Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto – Diploma que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho (RGPD) - Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPDP)

- A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd): as competências da autoridade de controlo nacional
- Normas relativas a situações específicas de tratamento

3 - Informação administrativa e dados pessoais na Constituição da República Portuguesa (CRP)

- Inclusão nos direitos, liberdades e garantias e direitos fundamentais de natureza análoga

- Da ponderação do conflito de direitos e interesses constitucionalmente protegidos – transparência administrativa vs proteção de dados pessoais

4 - A divulgação de informação administrativa no Decreto-Lei da Modernização Administrativa (DLMA) – DL n.º 135/99, de 22 de Abril, na sua redação atual: normas aplicáveis e regra da prevalência sobre outras disposições gerais

5 - A Lei de Acesso à Informação Administrativa (LADA) – Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto - informação não procedimental

- A LADA e o Código do Procedimento Administrativo (CPA)
- O regime geral de acesso à informação administrativa e ambiental: documentos administrativos e documentos nominativos enquanto todo o tipo de documentos que contenham dados pessoais
- O exercício do direito de acesso: legitimidade ativa e passiva, requisitos do pedido de acesso, formas de acesso, momento do acesso e custos do acesso
- As restrições ao direito de acesso: o conteúdo da reserva da intimidade da vida privada; a proteção do segredo comercial e industrial; a proteção do segredo de empresa; outras restrições de acesso
- O acesso a dados pessoais pelo próprio e por terceiro
- O acesso e comunicação de dados de saúde
- Exceções às restrições: autorização escrita do titular dos dados ou demonstração do interesse direto, pessoal, legítimo e constitucionalmente protegido
- O abuso do direito de acesso
- A reutilização de documentos administrativos: princípios gerais, documentos excluídos e condições de reutilização
- A proibição dos acordos exclusivos
- A CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos)
- Parecer prévio da CADA
- Queixa à CADA
- Sanções pelo incumprimento para a entidade requerida (não dar a informação ou ceder a informação indevidamente)
- O uso indevido de informação obtida pelos particulares

6 - Lei n.º 68/2021, de 26 de agosto - breves notas: Diploma que aprova os princípios gerais em matéria de dados abertos e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/1024 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativa aos dados abertos e à reutilização de informação do setor público.

7 - Informação administrativa e dados pessoais no Código do Procedimento Administrativo (CPA) - informação procedimental

- Princípios gerais da atividade administrativa relevantes
- Da legitimidade ativa e passiva
- Do direito dos interessados à informação
- Da extensão do direito à informação
- Da informação eletrónica

8 - Meios de impugnação nos tribunais administrativos (comum à informação não procedimental, no âmbito da LADA)

9 - Regimes de responsabilidade: breves notas

10 - Regime dos arquivos e do património arquivístico: breves notas

11 - O acesso aos documentos das instituições europeias: breves notas



Objetivos

- Identificar o quadro legal do direito de acesso à informação administrativa
- Delimitar o conteúdo do direito de acesso à informação administrativa na legislação analisada
- Demarcar as restrições de acesso no direito à informação administrativa na legislação analisada, incluindo a sua conciliação com a proteção de dados pessoais
- Debater questões e/ou exemplos práticos sobre o direito de acesso à informação administrativa e sua disponibilização aos requerentes e/ou interessados



Métodos pedagógicos

- Nesta formação são combinadas diferentes metodologias ativas (casos práticos e partilha de experiências entre os participantes), intercaladas com o método expositivo, de forma a facilitar a aplicação dos conceitos adquiridos e aferir as práticas a implementar.



Pontos fortes

- Abordagem teórico-prática, suportada na análise de jurisprudência, casos práticos e modelos/minutas a utilizar nos pedidos de acesso à informação administrativa.

Formadora



Ana Sirage Coimbra

Mestre em Direito Judiciário e em Administração Pública pela Universidade do Minho, Investigadora no Centro de Investigação em Justiça e Governação (JusGov) da Escola de Direito da Universidade do Minho, Jurista em funções públicas desde 2001, com experiência profissional em Direito das Contraordenações, Direito Administrativo, Direito do Emprego Público, Direito da Contratação Pública, Administração Pública e Políticas Públicas, e Formadora nas áreas do Direito das Contraordenações, Direito Administrativo e do Ambiente, e Legislação da Proteção de Dados Pessoais.